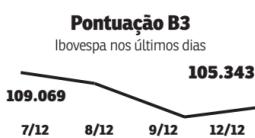




6 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 13 de dezembro de 2022



Dólar
Na segunda-feira

R\$ 5,312
(+ 1,26%)

Últimos	6/dezembro	7/dezembro	8/dezembro	09/dezembro
5,270	5,206	5,216	5,245	

Salário mínimo
R\$ 1.212

Euro
Comercial, venda na segunda-feira
R\$ 5,590

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41

CONJUNTURA

Queda de braço no salário mínimo

Bolsonaro reajusta o piso para R\$ 1.302 a partir de janeiro, mas relator do Orçamento trabalha com valor de R\$ 1.320

» ROSANA HESSEL

Antes de o relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), apresentar o texto final do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) do ano que vem, prevendo aumento real no salário mínimo, já considerando a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição pelo Congresso, o presidente Jair Bolsonaro (PL) se antecipou e publicou uma Medida Provisória concedendo aumento real (acima da inflação) no piso salarial.

A MP, publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* de ontem, prevê reajuste de 1,5% acima da inflação. Com isso, o piso salarial iria para R\$ 1.302, em 1º de janeiro. O valor é o mesmo previsto no Ploa elaborado pelo Executivo em agosto, prevendo correção de 7,4% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para a correção do salário mínimo naquela época. Como a inflação vem desacelerando, a MP elaborada pelos ministérios da Economia e do Trabalho, a variação projetada para o INPC deste ano ficou em 5,81%. Nos 12 meses encerrados em novembro, o indicador acumulou alta de 5,21%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma das promessas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é voltar a dar aumento real no mínimo. Na campanha eleitoral, Bolsonaro também chegou a prometer reajuste acima da inflação no mínimo e previa um valor maior do que o determinado na MP, de R\$ 1,4 mil. De acordo com uma fonte da equipe de transição, com essa MP apressada — pois o valor do salário mínimo é aprovado no Ploa e ajustado em janeiro quando o dado oficial do INPC do ano anterior é divulgado — o chefe do executivo está ajudando a aprovação da PEC da Transição no Congresso.

A PEC, defendida por Lula foi acolhida pelo Senado, com algumas alterações, e encaminhada à Câmara, expandindo o teto de gastos para permitir um aumento anual de R\$ 168 bilhões

Marcello Casal/Agência Brasil



Correção do valor do mínimo tem peso significativo nas despesas do governo, sobretudo com pensões e aposentadorias da Previdência Social



A preocupação dos agentes econômicos não é com o reajuste do mínimo com aumento real. É com o conjunto de promessas que pode somar R\$ 200 bilhões de gastos acima do teto, sem a identificação de fontes de recursos"

Gil Castello Branco, secretário-geral da Organização Contas Abertas

em despesas e investimentos nos próximos dois anos. A falta de compensações para esse aumento é uma das maiores críticas de especialistas e do mercado financeiro, pois não há previsão de redução de outros itens ou de aumento de receita para cobrir o novo gasto, como é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No relatório da peça orçamentária, Castro prevê um valor ainda maior do que o da MP de Bolsonaro para o salário mínimo, de R\$ 1.320. Se o Congresso aprovar esse valor, o trabalhador poderá ter um reajuste de R\$ 108, ou de 8,9%, sobre o piso atual, ou aumento real de 3% considerando o INPC estimado pelo governo para 2022. O relator ainda considerou o texto da PEC aprovada no Senado e reservou R\$ 6,8 bilhões para o reajuste do mínimo.

E reservou R\$ 75 bilhões para o novo Bolsa Família para manter o valor do Auxílio Brasil, de R\$ 600, mais os R\$ 150 para crianças com menos de 6 anos.

Qualquer reajuste do salário mínimo impacta diretamente nas despesas obrigatórias do governo, principalmente com a Previdência Social, pois as aposentadorias e pensões são indexadas ao piso salarial. "Os últimos dados do Ministério da Economia que eu vi consideraram que cada R\$ 1 de aumento no mínimo eleva em R\$ 365 milhões os gastos do governo, sobretudo por causa do impacto na Previdência", explicou Gil Castello Branco, secretário-geral da Organização Contas Abertas. Logo, considerando a diferença de R\$ 18 em relação ao valor do Ploa, de R\$ 1.302, o impacto fiscal adicional nas

despesas seria de R\$ 6,5 bilhões.

Na avaliação do especialista em contas públicas, os R\$ 6,8 bilhões previstos pelo relator no Ploa para o reajuste real do salário mínimo, considerando a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) dos últimos 5 anos, "não é um valor expressivo, se comparado com os R\$ 19,4 bilhões de emendas de relator previstas para 2023, despesas essas que os parlamentares não cogitam em reduzir". "A preocupação dos agentes econômicos não é com uma promessa do presidente eleito, especificamente, como o reajuste do mínimo com aumento real. É com o conjunto de promessas que podem somar cerca de R\$ 200 bilhões a mais de gastos acima do teto, sem a identificação de fontes de recursos e sem a definição do novo arcabouço fiscal", alertou Castello Branco.

Efeito Mercadante

» MICHELLE PORTELA

Os rumores de que o ex-ministro petista Aloizio Mercadante pode ser indicado para presidir a Petrobras ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) provocaram turbulências no mercado financeiro, ontem. O Ibovespa, principal termômetro dos negócios na Bolsa de Valores de São Paulo, fechou em queda de 1,97%, aos 105.343 pontos. E o dólar fechou em alta de 1,26%, cotado a R\$ 5,312.

Para que Mercadante seja indicado a qualquer um dos cargos, seria necessário modificar a Lei das Estatais, aprovada na gestão de Michel Temer, que veda nomeações políticas para postos dessa natureza. "É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria, da pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral", diz a lei.

A Lei das Estatais também estabelece parâmetros de governança para essas empresas, exigindo qualificação técnica. "A revogação dessa legislação facilitaria significativamente as nomeações políticas para os conselhos das estatais", avaliou, em nota, a consultoria financeira internacional Eurasia Group.

Mercadante, porém, disse desconhecer qualquer discussão sobre a possibilidade de mudar a legislação que rege as empresas controladas pela União. "No governo de transição, desconheço iniciativa de alterar Lei das Estatais", afirmou. Para ele, a decisão seria precipitada, já que nem todos os ministros foram definidos.

Governo sugere teto de gastos atrelado a PIB e dívida

O Ministério da Economia pretende divulgar amanhã uma segunda proposta para substituir o atual teto de gastos. A sugestão prevê um aperfeiçoamento da regra institucionalizada pela Emenda Constitucional 95, em 2016. A ideia é mudar a metodologia de cálculo do teto, adicionando a variação do Produto Interno Bruto (PIB) à da inflação. Com isso, o teto também passaria por aumento real, mas haveria gatilhos automáticos para a ampliação do limite de despesas no caso de uma recessão técnica, a fim de facilitar a adoção de medidas anticíclicas para estimular o crescimento econômico, de acordo com chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos do Ministério da Economia, Rogério Boueri.

O economista integrou a equipe do ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que construiu o teto de gastos, e coordenou o grupo de técnicos da Secretaria de Política Econômica (SPE) na elaboração dessa nova proposta. A ideia inicial era juntar essa proposição com a divulgada em novembro pelo Tesouro Nacional para construir um arcabouço fiscal comum da pasta. Mas, com a derrota eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (PL), cada secretaria acabou concluindo sua proposta separadamente.

Em entrevista ao *Correio*, Boueri adiantou que a nova regra será apresentada aos integrantes da equipe de transição do governo Lula como mais uma sugestão para a elaboração do novo arcabouço fiscal — uma das maiores

preocupações dos agentes financeiros, principais credores da dívida do governo federal.

Ele contou que uma das bases de inspiração da proposta foi a regra fiscal do México, que utiliza como parâmetro o resultado primário estrutural — que desconta os efeitos transitórios de receitas e despesas. "Mas não adotamos o modelo deles, porque o resultado estrutural é muito controverso e depende de hipóteses acadêmicas e que não têm dados concretos, como PIB e inflação", explicou.

Como seria

A nova regra funcionaria de acordo com o tamanho da dívida pública bruta. Se o endividamento estiver abaixo de 60% do PIB,

quando a economia crescer a uma taxa acima de 1%, o teto aumentaria (x-1%), a fim de limitar a alta do gasto primário em proporção à atividade econômica.

Se o PIB avançar até 1%, não haverá crescimento real. Mas, se o PIB registrar queda (-y%), o teto crescerá na mesma taxa (y%).

No caso de uma dívida pública bruta ficar entre 60% e 80% do PIB, o aumento real do teto só ocorreria se o PIB crescesse acima de 2%. E, para o caso de uma dívida pública bruta ultrapassar 80% do PIB, não haveria crescimento real do teto e a correção seria só pela inflação.

A variação do PIB a ser utilizada para o cálculo do teto do Orçamento do ano seguinte será a taxa anual acumulada no terceiro trimestre

do exercício em andamento.

A proposta do Tesouro Nacional propõe parâmetros para o controle das despesas com base no crescimento da dívida e do resultado primário, até a substituição do teto de gastos por um limite do endividamento público. Para Boueri, usar a dívida pública como limite para os gastos é arriscado, porque sairia do controle da Fazenda. "Quem determina os juros é o Banco Central, que agora é independente", frisou.

Na sugestão da SPE, a nova regra do teto convive com outras duas normas fiscais — a meta de superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) e a regra de ouro (que proíbe a emissão de dívida para o pagamento de despesas

correntes, como salários e aposentadorias).

"Acho que ninguém vai considerar acabar com a meta de superávit primário, ainda mais porque pode ser modificada ao longo do ano. A regra de ouro, no entanto, perdeu a eficácia há muito tempo", acrescentou Boueri.

Ele contou que conversou com o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa e com o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Guilherme Mello, integrantes da transição do governo Lula antes da finalização da nova proposta. "As conversas têm sido bastante cordiais. Queremos que o Brasil ande para a frente e não estamos escondendo o jogo. Estamos mostrando os fatores de risco", ressaltou. (RH)